

6. Concurso Público (n.º AQ.01.23. DMOSM) para a celebração de “Acordo quadro para a execução de obras de manutenção e conservação na via pública” - Retificação das cláusulas gerais do caderno de encargos (alteração das cláusulas 16.ª e 20.ª) e retificação do mapa de quantidades (anexo VI).

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de retificação das cláusulas gerais do caderno de encargos (alteração das cláusulas 16.ª e 20.ª) e aprovação da retificação do mapa de quantidades (Anexo VI), correspondendo esta retificação a ligeiras alterações (acertos) no mapa de quantidade, sem que se consubstancie na alteração do valor global máximo do procedimento, tudo em conformidade com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 108549

Data: 05/12/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

CONCURSO PÚBLICO N.º AQ.01.23.DMOSM
CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE
“ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
NA VIA PÚBLICA”.

ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS GERAIS DO CADERNO DE ENCARGOS
(Alteração das cláusulas 16.^a e 20.^a) E RETIFICAÇÃO DO MAPA DE QUANTIDADES (Anexo VI).

PROPOSTA:

Submete-se para aprovação a retificação das cláusulas gerais do caderno de encargos (alteração das cláusulas 16.^a e 20.^a) e aprovação da retificação do mapa de quantidades (Anexo VI), correspondendo esta retificação a ligeiras alterações (acertos) no mapa de quantidade, sem que se consubstancie na alteração do valor global máximo do procedimento, tudo em conformidade com os documentos anexos.


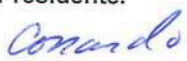
A Técnica da UAC,

Anexos:

1. Proposta AQ.01.23.DMOSM;
2. Programa do Concurso;
3. Caderno de Encargos (Cláusulas gerais);
4. Mapa de quantidades (Anexo VI).

ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.
O Diretor do DOM,27/11/2023Remeta-se ao Sr.
Presidente.
A Diretora da DMOSM,21/11/2023

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

____/____/____

CONCURSO PÚBLICO N.º AQ1.23.DMOSM

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE
“ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA”.

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea a) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º e 251.º a 258.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Plataforma eletrónica: www.acingov.com

I. Enquadramento:

A solução contratual dos **Acordos Quadro** representa um instrumento de natureza jurídico-contratual com uma flexibilidade e maneabilidade que permite agilizar muito significativamente a ação da Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas em particular e do Município de Braga em geral enquanto entidade adjudicante. Assim como na

Página 1 de 10

contratação e gestão de empreitadas de obras públicas cujos trabalhos apresentem simplicidade e que representem necessidades suscetíveis de *standardizar*.

A celebração dos acordos quadro – que são gratuitos, pelo que a conclusão do acordo em si não implicará despesa para a entidade adjudicante – habilitará o Município de Braga a atuar de forma imediata e automática, mobilizando um empreiteiro antecipadamente contratado e com as condições contratuais já estabelecidas sempre que se torne necessário executar determinados trabalhos de empreitada na via pública. O referido acordo apresenta, portanto, a virtualidade de permitir a adjudicação quase imediata de trabalhos de manutenção/ conservação da via pública, trabalhos esses de manifesta simplicidade técnica, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Para esse efeito, os serviços da entidade adjudicante elaboraram um mapa descritivo de trabalhos e especificidades técnicas, com a maior abrangência possível, de modo a permitir oferecer uma resposta célere caso se verifique a necessidade de execução de diferentes tipos de trabalho de manutenção ou conservação da via pública.

A formação do um acordo-quadro para a execução de trabalhos na via pública, destina-se a munir a entidade adjudicante de ferramentas e instrumentos de atuação ágil e expedita, mobilizando empreiteiros antecipadamente selecionados e com as condições contratuais já estabelecidas sempre que se torne necessário executar trabalhos de empreitada na via pública, permitindo oferecer à comunidade uma resposta célere e eficaz na satisfação das necessidades de manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas municipais.

Uma vez que todos os preços se encontrarão antecipadamente fixados no acordo-quadro a celebrar, a adjudicação das empreitadas, sejam elas de conservação, sejam de correção, efectuar-se-á de forma extremamente simplificada e desburocratizada. Quando tais adjudicações decorrerem de um contexto de incumprimento do empreiteiro responsável pela execução de uma obra, o preço contratual de cada intervenção será suportado por recurso às garantias da obra.

Com este expediente organizativo, procurar-se-á alcançar os objetivos seguintes:

- Dotar a entidade adjudicante de instrumentos contratuais que permitam adjudicar quase automaticamente obras de manutenção/conservação da via pública;
- Dotar a entidade adjudicante de instrumentos organizativos adequados a promover a superação rápida e eficaz de vícios de construção de empreitadas de obras públicas que tenha adjudicado;
- Sensibilizar o mercado de obras públicas para a circunstância de que a entidade adjudicante, dispondo de tais instrumentos, pode mais facilmente lançar mão deles, desmotivando assim a política de delongas e de comunicações dilatórias que muitos dos empreiteiros empreendem quando instados a proceder a trabalhos enquadrados no período de garantia da obra.

II. Particularidades do modelo de acordo-quadro desenhado:

O acordo-quadro será celebrado com **três empreiteiros selecionados**, aqueles cujas propostas globais forem classificadas nas três primeiras posições no procedimento, por aplicação do critério de adjudicação. No fundo, selecionando as três propostas economicamente mais vantajosas.

O acordo-quadro integrará, portanto, **três diferentes listas de preços unitários**: para um mesmo mapa de trabalhos (o mesmo elenco de tipos de trabalhos que integra o caderno de encargos), indicar-se-á os preços unitários assumidos por cada um dos três empreiteiros.

A celebração de cada contrato ao abrigo do acordo-quadro (**a escolha do empreiteiro a partir das três entidades**) obedecerá à metodologia seguinte:

- Seleção do(s) tipo(s) de trabalho(s) necessários à execução de cada obra pretendida, com recurso exclusivo ao elenco de tipos de trabalho

constante do mapa que integra o **Anexo VI** ao programa do procedimento;

- Associação aos tipos de trabalho selecionadas, nos termos anteriores, das quantidades necessárias à execução dos trabalhos, respeitando as unidades de medida definidas para cada tipo de trabalho selecionado;
- Imputação, para o mapa de trabalhos e quantidades apurado nos termos anteriores, dos preços unitários constantes das propostas dos cocontratantes do acordo-quadro;
- Determinação do preço total mais baixo, a partir da imputação prevista e, consequentemente do empreiteiro adjudicatário do específico contrato a celebrar.

Ou seja, identificada uma necessidade de intervenção, o Município de Braga:

- Elaborará o mapa de trabalhos e quantidades da obra a executar, em conformidade com os pontos anteriores;
- Apurará o preço total de cada empreiteiro selecionado no acordo-quadro para a execução da obra em causa;
- Comunicará a todos os empreiteiros selecionados as operações efetuadas e, simultaneamente, notificará ao empreiteiro escolhido – **por ser aquele que executará a obra ao mais baixo preço, por consideração dos preços unitários que apresentou para o acordo-quadro** - adjudicação do contrato optativo em causa.

Com esta solução, enquadrada no n.º 2 do artigo 252.º, n.º 1, a) do *Código dos Contratos Públicos*, será sempre selecionado, para cada obra, o empreiteiro que tiver

a «*proposta mais vantajosa*», por simulação dos respetivos preços unitários ao mapa de trabalhos e quantidades.

III. PROPOSTA DE APROVAÇÃO:

Encontrando-se reunidas as necessárias condições para a celebração de ***acordo quadro de adjudicação a três cocontratantes para a execução de obras na via pública*** nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e dos artigos 251.º, 252.º, n.º 1, a) e 258.º, todos do *Código dos Contratos Públicos*:

- a) Adotando para o efeito o **procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia** nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, c) e 130.º por força do n.º 2 do artigo 253.º do *Código dos Contratos Públicos*, ao abrigo do critério de valor do contrato para a escolha do procedimento, porquanto:
 - i. Apesar da celebração do acordo-quadro a concursar não implicar, diretamente e por si só, a realização de qualquer despesa, uma vez que terá ele por objeto a atribuição à entidade adjudicante, a título unilateral e gratuito, de um direito de opção de vir a celebrar com as entidades selecionadas múltiplos contratos de empreitada de obras públicas com carácter oneroso;
 - ii. O procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia permitirá, reforçando, com carácter optativo, a celebração de contratos de empreitada de obras públicas com preço contratual acumulado de valor superior €5.382.000, ou seja, acima do montante do limiar Europeu (*com publicação no JOUE*), nos termos do disposto na alínea a), do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*.

- iii. Para efeitos do disposto no artigo 17.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos, define-se em **€ 17.115.415,00 (dezassete milhões, cento e quinze mil e quatrocentos e quinze euros)**, o valor do acordo-quadro, correspondendo ao valor máximo de todos os contratos previstos como possíveis a serem celebrados ao seu abrigo, fixando-se também nesse montante o preço base do procedimento, interpretando-se esta referência como o montante máximo da despesa que a entidade adjudicante admite realizar ao abrigo do acordo-quadro, por consideração do somatório do preço contratual dos diferentes contratos que antecipa celebrar.
- b) Adotando, para o efeito, as **peças procedimentais** anexas à presente e que se indicam:
- i. Programa do procedimento;
 - ii. Caderno de encargos, que compreende as cláusulas técnicas especiais;
 - iii. Mapa de trabalhos e quantidades máximas;
- c) Fixam-se como **parâmetros base**, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, os **preços unitários** referenciados no mapa de trabalhos constante do **Anexo VI** ao programa do procedimento, significando aqueles preços máximos unitários que o dono da obra se dispõe a pagar pela execução de cada um dos trabalhos ali identificados em qualquer dos contratos de empreitada que venha a ser celebrado;
- d) O **prazo de vigência do acordo quadro** será de **4 anos**, sem prejuízo da possibilidade da entidade adjudicante poder denunciá-lo decorridos que estejam 6 (seis) meses de vigência, caso venha a constatar que a manutenção deste instrumento contratual já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que justifiquem a respetiva manutenção;

e) O **Júri do procedimento** terá a seguinte composição:

Membros efetivos:

- i.
- ii.
- iii.

Membros suplentes:

- i.
- ii.

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: Ana Martins.

f) **Delegação de competências:**

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri do procedimento e nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais / Departamento de Obras Municipais (DMOSM/DOM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder à correção e suprimimento de erros de cálculo, de escrita e outros lapsos das peças do procedimento;

- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

g) No Júri serão **delegadas as competências** constantes do *Regulamento de Funcionamento de Júris de Procedimentos de Contratação* em vigor na entidade adjudicante, conforme resulta do artigo 69.º do *Código dos Contratos Públicos*;

h) **Gestor do contrato**

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada à **Eng.ª Ana Martins**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

i) **A adjudicação obedecerá ao critério do mais baixo preço** por aplicação da fórmula seguinte:

$$VPT = \sum (Pi \cdot VPUi)$$

Sendo:

VPT - Valor da proposta - Preço total

VPUi - Preço Unitário de cada espécie de trabalho

Pi – Quantidades previstas em cada espécie de trabalho

j) São elementos relevantes no procedimento:

- i. **A prestação de caução no valor de € 10.000,00** (dez mil euros), pelas entidades selecionadas, destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do

acordo quadro, bem como com as obrigações que resultem da celebração dos contratos de empreitada (optativos) celebrados ao abrigo do acordo quadro;

- ii. A prestação de caução pelo empreiteiro escolhido para a execução de cada contrato de empreitada, nos termos e para os efeitos previstos no Código dos Contratos Públicos, para garantia do perfeito e pontual cumprimento das obrigações aí assumidas;
- k) São **elementos relevantes para a execução dos contratos** de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo quadro:
 - a. A **fórmula de revisão de preços** será a seguinte: **F17 – Pavimentação de estradas**.
 - b. O adjudicatário terá de ser titular de **Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas**, com as autorizações seguintes:
 - 1.^a Subcategoria da 2.^a categoria na 4.^a classe (Vias de circulação rodoviária);
 - 6.^a Subcategoria da 2.^a categoria na 2.^a classe (saneamento básico);
 - 8.^a Subcategoria da 2.^a categoria na 3.^a classe (calçamentos);
 - 11.^a Subcategoria da 2.^a categoria na 1.^a classe (sinalização).

A exigência da classe de habilitação justifica-se pela circunstância de um ou vários contratos (optativos) que vierem a ser celebrados ao abrigo do acordo quadro poderem consubstanciar, de *per si*, quando autonomamente considerados, a execução de trabalhos de valor correspondente à 3.^a classe da 1.^a e 2.^a categoria.

c. Vocabulário CPV:

- 45233161-5 – Construção de via pedonal
- 45233220-7 – Pavimentação de estradas
- 45233221-4 – Obras de sinalização horizontal de estradas

l) A formação do acordo-quadro para a execução dos contratos públicos de empreitada aqui proposto constitui uma **solução indispensável para a satisfação das necessidades** a que os objetos daqueles contratos visam dar resposta, dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial dos mesmos.


m) Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **30 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

Nestes termos, propõe-se a aprovação do conteúdo da presente proposta e que se decida promover o concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para a celebração de um *Acordo Quadro para a execução de empreitadas de obras na via pública*, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e artigo 252.º, n.º 1, a) do *Código dos Contratos Públicos* e em conformidade com o supra exposto.


Braga, 22 de novembro de 2023

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

Município de Braga

CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE
“ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA”

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

Capítulo I – Disposições Gerais

Artigo 1.º


(Identificação e objeto do concurso)

1.- O concurso designa-se «concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para a celebração de um “Acordo-quadro para a execução de trabalhos de manutenção e conservação na via pública», o qual foi publicado no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*, em ____/____/2023.

2.- O presente concurso público tem por objeto a escolha de três cocontratantes particulares para a celebração de um acordo-quadro ao abrigo do qual se pretende celebrar múltiplos de contratos de empreitada de obras públicas, para a execução de diversos trabalhos de reparação da via pública, de manifesta simplicidade, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.

3.- O acordo-quadro, que se materializa num contrato de opção, terá por objeto a atribuição à entidade adjudicante do direito de celebrar, com cada uma das três entidades a selecionar, nos termos previstos no caderno de encargos, múltiplos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas com o objeto identificado no número anterior.

4.- O acordo-quadro tem natureza gratuita, na medida em que os cocontratantes atribuem à entidade adjudicante o direito de opção de esta determinar a celebração de contratos sem qualquer contrapartida remuneratória ou outra, não ficando a entidade adjudicante obrigada a pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem o reconhecimento de qualquer benefício económico, direto ou indireto, seja a que título for aos cocontratantes do acordo-quadro.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

Artigo 2.º

(Objeto dos contratos a celebrar)

1.- Os contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas a celebrar ao abrigo do acordo-quadro terão por objeto a execução de obras na via pública, mais concretamente dos tipos trabalhos do tipo indicado no Anexo VI ao caderno de encargos, nas quantidades exigidas pela necessidade identificada.

2.- De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L340, de 16 de dezembro de 2002, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003 da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L329, de 17 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L74, de 15 de março de 2008, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação CPV:

- 45233161-5 – Construção de via pedonal;
- 45233220-7 – Pavimentação de estradas;
- 45233221-4 – Obras de sinalização horizontal de estradas.


Artigo 3.º

(Identificação da entidade adjudicante)

1.- A presente contratação é promovida pelo Município de Braga, que se assume como entidade adjudicante.

2.- A entidade adjudicante tem sede na Praça Municipal, 4700 – 435 Braga, e oferece os contactos seguintes:

- a) Telefone: +351253616060;
- b) Telefax: +253203151;
- c) Endereços eletrónico: contratacao.empreitadas@cm-braga.pt

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

3.- O presente procedimento tramita na plataforma eletrónica www.acingov.pt, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos* e da Lei n.º 98/2015, de 17 de agosto.

Artigo 4.º

(Órgão competente e decisão de contratar)

1.- A decisão de contratar, a escolha do procedimento, a aprovação das peças do procedimento, a aprovação da despesa e as demais decisões naquelas compreendidas, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do *Código dos Contratos Públicos*, foram tomadas pela Câmara Municipal de Braga.


2.- Por força da deliberação da Câmara Municipal de Braga, referida o número anterior, são delegadas no Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da norma de habilitação consagrada no n.º 1 do artigo 109.º do *Código dos Contratos Públicos*, as decisões relativas ao suprimimento de erros e omissões e retificação das peças do procedimento, prorrogação de prazos do procedimento, bem como quanto à classificação dos documentos.

Artigo 5.º

(Fundamentação da decisão de contratar)

1.- A formação do um acordo-quadro para a execução de trabalhos na via pública, destina-se a munir a entidade adjudicante de ferramentas e instrumentos de atuação ágil e expedita, mobilizando um dos empreiteiro antecipadamente selecionado e com as condições contratuais já estabelecidas sempre que se torne necessário executar trabalhos de empreitada na via pública, permitindo oferecer à comunidade uma resposta célere e eficaz na satisfação das necessidades de manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas municipais.

2.- O recurso a um processo de contratação pública é absolutamente indispensável para a concretização do interesse público municipal inscrito no número anterior, dado que só apenas operadores económicos especializados e capacitados no mercado detém capacidade técnica instalada para a concretização do empreendimento, não tendo a entidade adjudicante recursos

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

humanos, técnicos, materiais e vocação organizativa para empreender as prestações internamente.

Artigo 6.º

(Modalidade do acordo-quadro)

1.- O acordo-quadro será celebrado com três entidades na modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do *Código dos Contratos Públicos*, porquanto, na sequência da adjudicação, estarão especificados, de forma suficiente, todos os aspetos da execução dos contratos de aquisição de bens a celebrar ao seu abrigo.


2.- O acordo-quadro será celebrado entre a entidade adjudicante e as três entidades que tenham subscrito as propostas economicamente mais vantajosas à luz do critério de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 253.º, n.º 4 do *Código dos Contratos Públicos*, podendo tal seleção ser em número inferior caso o número de propostas apresentadas e não excluídas venha a ser inferior, mas sempre em número mínimo de duas.

3.- Cada contrato de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo-quadro terá como contraparte da entidade adjudicante e uma das entidades selecionadas, nos termos do número anterior, mais concretamente aquela de cuja proposta resulte o mais baixo preço total para a realização da obra específica a execução, por aplicação dos preços unitários propostos aos tipos de trabalhos e quantidades indispensáveis à realização da intervenção em causa.

Artigo 7.º

(Adjudicação por lotes)

Dada a modalidade do acordo-quadro e a especificidade da sua disciplina, não há lugar à aplicação do disposto no artigo 46.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, na consideração tradicional de adjudicação por lotes, na medida em que o acordo-quadro será celebrado com diversas entidades, assegurando-se a expressão concorrencial máxima e a captação de múltiplos operadores económicos, potencialmente com diferentes escalas e dimensionamento empresarial.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

Artigo 8.º

(Escolha do procedimento e valor do acordo-quadro)

1.- O procedimento de formação do acordo-quadro assume a tipologia e tramitação de *Concurso Público com Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia* e foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 19.º, por remissão do artigo 253.º, n.ºs 1 e 2, ambos do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- A escolha do procedimento, para efeitos do disposto no artigo 253.º, n.º 2 do *Código dos Contratos Públicos*, destina-se a permitir à entidade adjudicante, querendo (a opção unilateral), celebrar, ao abrigo do acordo-quadro, contratos cujo somatório dos respetivos preços contratuais venha a ser superior aos limiares aplicáveis nos termos do artigo 474.º, mas sem o compromisso de o fazer.

3.- Para efeitos do disposto no artigo 17.º, n.º 4 do *Código dos Contratos Públicos*, define-se em € 17.115.415,00 (dezassete milhões, cento e quinze mil e quatrocentos e quinze euros), o valor do acordo-quadro, correspondendo ao valor máximo de todos os contratos previstos como possíveis a serem celebrados ao seu abrigo, fixando-se também nesse montante o preço base do procedimento, interpretando-se esta referência como o montante máximo da despesa que a entidade adjudicante admite realizar ao abrigo do acordo-quadro, por consideração do somatório do preço contratual dos diferentes contratos que antecipa celebrar.


4.- A celebração dos contratos ao abrigo do acordo-quadro será realizada por ajuste direto, nos termos do artigo 258.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos* e com as especificidades previstas no caderno de encargos.

Artigo 9.º

(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)

1.- As peças do presente procedimento são, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º do *Código dos Contratos Públicos*, constituídas pelos seguintes documentos:

- a) O anúncio do procedimento;
- b) O presente programa do procedimento e seus anexos;
- c) O Caderno de encargos e seus anexos.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

2.- As peças do procedimento encontram-se patentes na página da plataforma eletrónica www.acingov.pt, e em formato de documento eletrónico, na sede da entidade adjudicante, identificada no n.º 2 do artigo 3.º, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, das 9h às 13h e das 14h às 17h, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.- Nas consultas não é permitida a reprodução por cópia, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

Capítulo II – Concorrentes

Artigo 10.º

(Concorrentes)


1.- Ao concurso poderão apresentar-se quaisquer interessados que não se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos* e que cumpram os requisitos de habilitação para a execução das prestações compreendidas no objeto do acordo quadro a celebrar.

2.- Os concorrentes devem encontrar-se devidamente habilitados para o exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas, sem prejuízo de tais concorrentes, nos termos da cláusula seguinte, poderem apresentar proposta em agrupamento composto por si e por outras entidades, habilitadas ou não para o exercício da atividade de empreiteiros de obras públicas, devendo, porém, os restantes membros do agrupamento que não sejam empreiteiros estar habilitados para o exercício das demais tarefas compreendidas no objeto do contrato a celebrar.

Artigo 11.º

(Modalidade jurídica de associação de empresas)

1.- Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, independentemente da atividade por elas exercida, sem que entre elas exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, desde que subscrevam e apresentem ao concurso

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

declaração de intenção de associação jurídica, em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao presente programa.

2.- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3.- Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta que apresentarem.

Artigo 12.º

(Associação em caso de adjudicação)

1.- No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do acordo quadro, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.

2.- Os membros do agrupamento podem, querendo, indicar um representante do agrupamento para efeitos de apresentação e assinatura da proposta, devendo para esse efeito serem emitidos e apresentados com a proposta os correspondentes instrumentos de mandato.


3.- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

Capítulo III – Elaboração de propostas

Artigo 13.º

(Pedidos de esclarecimento, retificações e erros e omissões do caderno de encargos)

1.- Os esclarecimentos devem ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

2.- Também até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por eles detetados.

3.- Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri presta por escrito os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças e o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.


4.- O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior, ou até ao final do prazo para entrega das propostas, caso em que se aplica o disposto no artigo 64.º do *Código dos Contratos Públicos*.

5.- Em qualquer caso, o órgão competente para a decisão de contratar, por sua iniciativa ou mediante proposta do Júri, tem a faculdade de suspender o prazo para apresentação de propostas, caso tal se repute necessário para a análise dos pedidos de esclarecimento e/ou da lista de erros e omissões, designadamente, para evitar os efeitos identificados na parte final da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do *Código dos Contratos Públicos*.

6.- O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7.- Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.

8.- Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

Artigo 14.º

(Parâmetros base)

1.- Os preços unitários de referência identificados no Anexo VI a este programa representam, todos eles, parâmetros base para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- Para efeitos do disposto no número anterior deve entender-se que os preços unitários base ali fixados constituem os limites máximos com os quais se deverão conformar os atributos da proposta a apresentar pelos concorrentes, significando, assim, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por cada unidade dos respetivos tipos de trabalhos implicados em cada contrato (optativo) de empreitada.

3.- A violação de qualquer um dos parâmetros base implica a consequência prevista na alínea b), do n.º 2, do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 15.º


(Prazo de vigência)

O acordo-quadro será celebrado pelo prazo de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da possibilidade da entidade adjudicante poder denunciá-lo decorridos que estejam 6 (seis) meses de vigência, através de comunicação escrita dirigida às entidades selecionadas, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias face à data pretendida para o termo da sua vigência, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que a justifique.

Artigo 16.º

(Documentos que constituem as propostas)

1.- Com a apresentação das propostas os concorrentes manifestarão a sua vontade de celebrar o acordo-quadro e, ali, indicarão as condições em que se dispõe a cumpri-lo.


 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

2.- Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no *Código dos Contratos Públicos*, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa (Documento Europeu Único de Contratação Pública, a preencher de acordo com as instruções previstas no ANEXO I ao presente programa);
- b) Declaração de intenção de associação jurídica, em regime de responsabilidade solidária passiva, na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento, em conformidade com o Anexo III ao presente programa, caso se verifique a hipótese prevista no artigo 11.º deste programa;
- c) Lista de preços unitários propostos para a execução de cada unidade dos tipos de trabalhos relacionados no Anexo VI ao presente programa, representando, cada preço unitário proposto, um atributo, para efeitos do disposto no artigo 56.º, n.º 2 do *Código dos Contratos Públicos*.

i. Dada a especial relevância para efeitos de análise de conformidade da proposta e subsequente avaliação, os concorrentes devem preencher obrigatoriamente, sob pena de exclusão, o ficheiro em formato editável (Excel), disponibilizado para esse efeito, na pasta “Caderno de Encargos” (Mapa VI), com os preços unitários propostos.

ii. A não apresentação do ficheiro (Mapa VI), nos termos acima indicados determina a exclusão da proposta.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

3.- Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

4.- Todos os documentos identificados nos números anteriores terão de ser, obrigatoriamente, documentos eletrónicos, nos termos do respetivo regime jurídico, assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão.

5.- A preterição da indicação de algum preço unitário exigido, nos termos da alínea c) do n.º 2 do presente artigo, implicará a exclusão da proposta, por força do disposto no artigo 70.º, n.º 2, a) do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 17.º


(Idioma dos documentos da proposta)

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 18.º

(Proposta variante)

Não é admitida a apresentação de proposta (s) variante (s), considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do *Código dos Contratos Públicos*, a (s) proposta (s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha (m) atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

Capítulo IV – Apresentação das propostas

Artigo 19.º

(Prazo e modo de apresentação das propostas)

1.- Os documentos que constituem as propostas, indicados no artigo 16.º do presente programa de concurso, deverão ser entregues até às 18H00 do 30º dia a contar do envio para publicação do anúncio no Diário da República.

2.- Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço www.acingov.pt.


3.- No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto no artigo 3.º deste programa (contratacao.empreitadas@cm-braga.pt).

4.- Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e dos documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem.

5.- O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos*, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

6.- No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

7.- Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o documento referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º (Anexo I), deve ser assinado pelo

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato (documento eletrónico) emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os seus membros ou respetivos representantes.

8.- A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclude a exigência inscrita no n.º 5 do presente normativo.

Artigo 20.º

(Prazo da obrigação de manutenção das propostas)

1.- Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se por igual período caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

2.- Constitui motivo de exclusão da proposta a declaração de um prazo de manutenção das propostas inferior ao previsto no número anterior.

Capítulo V – Análise e avaliação das propostas


Artigo 21.º

(Esclarecimentos à proposta)

1.- O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das propostas.

2.- Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

3.- Todos os concorrentes serão notificados da prestação de esclarecimentos e de que os mesmos se encontram juntos ao processo.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

Artigo 22.º

(Suprimento das propostas)

1.- O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, nas situações ali enunciadas e sempre que, nos termos legais, a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.

2.- O Júri procederá diretamente à correção e suprimento de erros de cálculo, de escrita e outros lapsos das propostas que sejam evidentes para qualquer destinatário, facilmente compreensíveis como tais no contexto da declaração negocial ou das circunstâncias em que a mesma foi efetuada.

Artigo 23.º

(Critério de adjudicação)

1.- O critério de adjudicação das propostas é da *proposta economicamente mais vantajosa* na modalidade de *monofator*, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- O monofator previsto no número anterior será operacionalizado através da identificação do mais baixo somatório do produto dos preços unitários propostos pela respetiva quantidade total prevista em cada artigo e prevista no Anexo VI a este programa, aplicando a fórmula seguinte:


$$VPT = \sum (Pi * VPUi)$$

Sendo:

VPT - Valor da proposta - Preço total

VPUi - Preço Unitário atribuído a cada espécie de trabalho previstas no anexo VI


Pi – Quantidades de trabalho prevista em cada espécie de trabalho prevista no anexo VI

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

3.- Concluída a análise das propostas, a entidade adjudicante graduá-las-á por ordem decrescente de mérito e identificará as três propostas, ordenadas nas três primeiras posições, para efeitos de celebração do acordo-quadro.

4.- Verificando-se a necessidade de desempate para a identificação das propostas graduadas nas três primeiras posições da lista de ordenação, a diferenciação será assegurada com recurso a um sorteio, cumprindo-se a metodologia seguinte:

- a) O sorteio será realizado após a análise das propostas e verificada a igualdade entre duas ou mais propostas admitidas e a impossibilidade de diferenciar por recurso aos atributos da proposta;
- b) Todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local onde será realizado o sorteio;
- c) O sorteio será público e presencial, participando os membros efetivos do júri e, assim o entendam, os representantes dos concorrentes, credenciados para efeitos da sua identificação, além de terceiros, interessados ou não, no procedimento;
- d) Do sorteio será lavrada ata, assinada pelos membros do júri e representantes dos concorrentes presentes, sendo que a recusa destes constará da ata como incidente, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.
- e) O sorteio é puro, sem condicionantes, e obedecerá ao tipo “sorteio de bolas”, nos termos da metodologia infra:
 - i. Serão colocadas bolas de cores diferentes, incluindo bolas branca e preta, em saco preto, não passível de ser vislumbrado o conteúdo;
 - ii. O número de bolas inserido é correspondente ao número de propostas a desempatar, incluindo, como regra, sempre, as bolas branca e preta;
 - iii. Para efeitos da extração das bolas, a ordenação dos concorrentes é estabelecida pela seriação da ordem de apresentação das propostas;
 - iv. Cada concorrente tem direito a extrair uma bola, cumprindo aos membros do júri garantir tal, sendo que na ausência, ou recusa, do

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

representante de qualquer concorrente, cumpre ao presidente do júri a extração da bola em substituição daquele.

Artigo 24.º

(Audiência prévia e adjudicação)

1.- A decisão de adjudicação, com a escolha das três propostas economicamente mais vantajosas que integrarão o conteúdo do acordo-quadro, proposta pelo júri em relatório fundamentado será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.

2.- Os concorrentes têm 5 (cinco) dias após a notificação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas para se pronunciarem sobre o mesmo.

3.- Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes poderão, querendo, consultar todo o processo de contratação na sede da entidade adjudicante, no formato com que os documentos tiverem sido elaborados.

Artigo 25.º

(Caducidade da adjudicação)

A caducidade da adjudicação, ao abrigo dos artigos 86.º, 87.º, 87.º-A, 91.º, 93.º e 105.º do *Código dos Contratos Públicos*, produzirá efeitos circunscritos ao adjudicatário inadimplente, procedendo-se, também de forma circunscrita, à reordenação da lista de graduação das propostas e à nova seleção que se imponha, nos termos previstos no artigo 23.º deste programa.


Capítulo VI – Habilitação e Caução

Artigo 26.º

(Requisitos)

1.- sem prejuízo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, são requisitos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes:

- a) A titularidade de alvará de construção, emitido pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações:

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

- 1.ª Subcategoria (Vias de circulação rodoviária e aeródromos da 2.ª Categoria (Vias de Comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe 4;
- 6ª Subcategoria (Saneamento básico) da 2.ª Categoria (Vias de Comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe 2;
- 8ª Subcategoria (Calcetamentos) da 2.ª Categoria (Vias de Comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe 3;
- 11ª Subcategoria (Sinalização não elétrica e dispositivos de proteção e segurança) da 2.ª Categoria (Vias de Comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe 1.

b) A inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos*.


2.- A exigência da classe de habilitação prevista na alínea a) do número anterior justifica-se pela circunstância de um ou vários contratos (optativos) que vierem a ser celebrados ao abrigo do acordo-quadro poderem consubstanciar, *de per si*, quando autonomamente considerados, a execução de trabalhos de valor correspondente à classe proposta.

Artigo 27.º

(Documentos de habilitação)

1.- As três entidades selecionadas – *adjudicatárias do procedimento* - devem entregar, no prazo de 5 (cinco) dias contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º do *Código dos Contratos Públicos*, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa, dele fazendo parte integrante;
- b) Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos*;

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

- c) Alvará ou título de registo pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações previstas na alínea a) do artigo anterior.
- d) Plano de prevenção de corrupção e infrações conexas caso se verifique a hipótese prevista no n.º 9 do artigo 81.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira.

3.- O modo de apresentação dos documentos de habilitação deverá cumprir os termos constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, tendo em conta o disposto no artigo 83.º- A do *Código dos Contratos Públicos*.

4.- Caso algum dos adjudicatários se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação, deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.


5.- Caso se verifique a hipótese prevista no artigo 11.º deste programa, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 devem ser todos os membros que constituem o agrupamento adjudicatário.

6.- Para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, fixa-se em dois dias úteis o prazo, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 28.º

(Registo Central de Beneficiário Efetivo)

1.- Em simultâneo com a apresentação dos documentos de habilitação, e em cumprimento da obrigação estabelecido no artigo 5.º do *Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE)*, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, deverão os adjudicatários apresentar documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à entidade adjudicante o respetivo código de acesso.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

2.- Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, a falta de apresentação do documento enunciado no número anterior impede a celebração do acordo-quadro objeto do presente procedimento.

3.- O incumprimento da obrigação prevista no n.º 1 do presente artigo, determina a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87.º-A do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 29.º


(Caução)

1.- Cada adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*, em valor correspondente a € 10.000 (dez mil euros), o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do acordo-quadro.

2.- A caução referida no número anterior garantirá, igualmente, as obrigações emergentes de cada um dos contratos optativos sempre que aquelas que, para aquele específico efeito, tiverem sido prestadas não se mostrem suficientes para satisfazer o eventual crédito da entidade adjudicante.

3.- Para efeitos de garantia do cumprimento das obrigações emergentes de cada um dos contratos (optativos) de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo quadro, o adjudicatário prestará garantia autónoma, nos termos e condições previstas no n.º 4, de montante equivalente a 5 % do preço contratual, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 88.º do *Código dos Contratos Públicos*, decisão que ficará, contrato a contrato, na disponibilidade da entidade adjudicante.

4.- Os termos para a prestação da caução constam dos Anexos IV e V ao presente programa de concurso.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

Capítulo VII – Acordo quadro

Artigo 30.º

(Minuta do acordo quadro)

1.- A minuta do acordo quadro será enviada aos adjudicatários, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 100.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- A minuta considera-se aceite se existir aceitação expressa ou quando não seja interposta dela reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 31.º

(Celebração dos acordos quadro)

1.- O acordo-quadro será celebrado com os três operadores económicos cujas propostas forem graduadas nas três primeiras posições na lista de ordenação das propostas, por aplicação do critério de adjudicação previsto no programa do procedimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- O acordo-quadro será celebrado com menos de três entidades se o número de propostas ordenadas for em número inferior.


3.- O acordo-quadro será celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação, pelos adjudicatários, da minuta que lhe venha a ser notificada, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Artigo 32.º

(Direito de opção)

1.- Com a celebração do acordo-quadro (contrato de opção), cada entidade selecionada – cada adjudicatário - atribuirá gratuitamente à entidade adjudicante o direito de esta determinar a celebração de múltiplos contratos de empreitadas de obras públicas (contratos optativos).

2.- Cada contrato de empreitada de obras públicas será celebrado com o adjudicatário que, para os tipos de trabalhos compreendidos na intervenção, tiver apresentado preços

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

unitários que, na globalidade, representem o mais baixo preço total das três propostas, nos termos melhor explicitados no caderno de encargos.

3.- Ficarà na exclusiva disponibilidade da entidade adjudicante exercer o direito de opção a que se alude no n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos optativos de empreitadas de obras públicas.

4.- O exercício do direito de opção pela entidade adjudicante, nos termos previstos no caderno de encargos, determina *ipso facto* a conclusão de cada contrato (optativo) de empreitada de obras públicas.

4.- A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo-quadro constitui opção unilateral da entidade adjudicante, não ficando, por isso, obrigada à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*.


Artigo 33.º

(Celebração de contratos ao abrigo do acordo quadro)

1.- A celebração de contratos ao abrigo do acordo quadro terá como sujeitos as partes que outorgaram o acordo-quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade.

2.- Da celebração dos referidos contratos não poderão resultar alterações substanciais das condições consagradas no acordo-quadro, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3 do *Código dos Contratos Públicos*, o que expressamente se ressalva.

3.- A celebração dos contratos de empreitada obedecerá à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º do *Código dos Contratos Públicos*.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

Capítulo VIII – Disposições Finais

Artigo 34.º

(Comunicações)

1.- As comunicações feitas durante a fase de formação ou de execução do acordo-quadro, entre a entidade adjudicante e os interessados devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

4.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a entidade adjudicante, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Artigo 35.º

(Legislação aplicável)


Em tudo o omissso no presente programa de concurso, observar-se-á o regime do *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação aplicável.

Artigo 36.º

(Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas)

1.- O acordo-quadro que vier a ser celebrado, uma vez outorgado, entrará em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do disposto na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as alterações que lhe sucederam, sem prejuízo do disposto no número seguinte.


2.- A obrigação de pagamento dos trabalhos executados no âmbito dos contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro ficará suspensa entre a data da outorga do acordo-quadro e a data da notificação à entidade adjudicante da declaração de conformidade ou do

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

visto prévio do Tribunal de Contas, ou da sua eventual recusa, salvo se, entretanto, o Tribunal de Contas assumir distinta posição jurisprudencial relativa à subordinação dos contratos à fiscalização prévia.

3.- Caso venha a ser recusado o visto pelo Tribunal de Contas, serão pagos ao adjudicatário todos os trabalhos, entretanto por este executado, desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período.

4.- O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 do presente artigo é o fixado no caderno de encargos.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do acordo-quadro a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido acordo-quadro, bem como os contratos que lhe venham a ser adjudicados ao seu abrigo, em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2.- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:

- a).....
- b).....

3.- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido acordo-quadro, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.


4.- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM


eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6.- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7.- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura⁴].

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁵ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁶ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Público.

2.- O declarante junta em anexo (ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁷) os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido.

3.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.


..... (local), (data), [assinatura⁸].

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁷ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁸ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA

[a que se refere o n.º 1 do artigo 11º do programa do procedimento]

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁰ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao.....¹¹, tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:


1.- Caso lhes venha a ser adjudicada o acordo-quadro, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade solidária passiva;

2.- Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do acordo-quadro;

⁹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹⁰ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹¹ Identificação do procedimento


 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

3.- Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;

4.- Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), (data), [assinatura¹²].

¹² Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

ANEXO IV

(a que se refere o artigo 29.º do Programa do Concurso)

Modelo de Guia de Depósito para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

€ _____, ____

Vai _____ (*Identificação completa do adjudicatário*) _____, com sede em _____ (*endereço*) _____, depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) _____ da _____ (*instituição bancária*) _____ a quantia de _____ (*extenso*) _____ em dinheiro/representada por títulos (1), como caução exigida no âmbito do _____ (*identificar o procedimento*) _____, relativo à adjudicação correspondente a _____ (2) _____, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.


Este depósito fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*) _____, com sede em _____ (*endereço*) _____, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

_____, ____ / ____ / ____

Assinatura(s) _____.

(1) Eliminar o que não interessar.

(2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

ANEXO V

(a que se refere o artigo 29.º do Programa do Concurso)

Modelo de Garantia Bancária/Seguro-caução para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

Garantia Bancária n.º ____ou Seguro-caução – Apólice n.º ____

Em nome e a pedido de __(*Identificação completa do adjudicatário*) __, vem o(a) __(*Identificação completa da instituição garante*) __, pelo presente documento, prestar, a favor de __(*Identificação completa da entidade beneficiária*) __, uma garantia bancária/seguro-caução (1), até ao montante de €_____, __. __(*extenso*) __, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do __(*identificar o procedimento*)__, relativo à adjudicação correspondente a __(2)__, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs__(3)__ do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde __% (4) do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (5) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.



DMOSM/DOM/UAC

ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

AQ.01.23.DMOSM

_____, ____/____/____

Assinatura(s)_____

(1) Eliminar o que não interessar.


(2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).

(3) Tratando-se de “garantia bancária”, devem indicar-se os n.ºs 6 e 8 (do artigo 90.º);

Tratando-se de “seguro-caução”, devem indicar-se os n.ºs 7 e 8 (do artigo 90.º).

(4) O valor da caução será de 5% do preço contratual, exceto se o valor da proposta adjudicada for considerada com “preço anormalmente baixo”, situação em que o valor da caução é de 10% do preço contratual – Vide n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º.


(5) Eliminar o que não interessar.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.23.DMOSM

ANEXO VI

[a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º, o n.º 1 do artigo 14.º, o n.º 2 do artigo 16.º e o n.º 2 do artigo 23.º todos do programa do procedimento]


Ficheiro em formato editável (Excel), disponibilizado na pasta “Caderno de Encargos” (Mapa VI), para submissão dos preços unitários propostos.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

Município de Braga

CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE
“ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E
CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA”

Cláusulas Gerais

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM


Capítulo I – Objeto e execução do acordo-quadro

Cláusula 1.ª

(Conceitos)

Para efeitos do presente procedimento, considera-se:

- a) Acordo-quadro | é o presente instrumento procedimental especial destinado a permitir à entidade adjudicante celebrar diversos contratos de empreitada de obras públicas para a execução de trabalhos de manifesta simplicidade dos tipos elencados no mapa que integra o Anexo IV ao programa do procedimento.
- b) Lista de parâmetros base unitários | é o mapa do Anexo VI ao programa do procedimento que contém a relação dos tipos de trabalhos que, no momento da formação do acordo-quadro, a entidade adjudicante conseguiu discriminar e elencar como podendo vir a ser necessários executar, bem como os valores máximos que os concorrentes podem apresentar como preços unitários.
- c) Contrato de opção | é o acordo-quadro, podendo a entidade adjudicante reportar-se a ele através da designação «*contrato de opção*», na medida em que aquele encerra, no seu conteúdo, o direito / a opção unilateral da entidade adjudicante determinar a celebração de múltiplos contratos de empreitada de obras públicas ao seu abrigo.
- d) Contratos de empreitada de obras públicas | são os contratos destinados à execução das intervenções na via pública, celebrados ao abrigo do acordo-quadro, por exercício, pela entidade adjudicante, do direito unilateral de opção que lhe assistirá.
- e) Objeto dos contratos de empreitada de obras públicas | constitui no conjunto de tipos de trabalhos a serem executadas pela entidade selecionada e escolhida para a execução da obra concreta, por consideração das quantidades necessárias e por aplicação dos preços unitários indicados na proposta.
- f) Contratos optativos | são os contratos de empreitada de obras públicas celebrados ao abrigo do acordo-quadro, podendo a entidade adjudicante reportar-se a eles através da designação «*contratos optativos*», na medida em que a sua celebração resulta do exercício, pela entidade adjudicante, de um direito de opção.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

- g) Cocontratantes ou entidades selecionadas | são os três concorrentes que tenham sido selecionados na sequência do concurso público e que celebrarão, com a entidade adjudicante, o acordo-quadro, recorrendo-se a esta denominação sempre que se pretenda disciplinar matérias aplicáveis a todos aqueles que se encontram vinculados ao acordo-quadro.
- h) Adjudicatário ou empreiteiro | é o cocontratante ou entidade selecionada relativamente à qual a entidade adjudicante exerce o direito de opção e com quem celebra um contrato de empreitada de obras públicas ao abrigo do acordo-quadro.

Cláusula 2.ª

(Objeto)

1.- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no acordo-quadro a outorgar com os três concorrentes cujas propostas tiverem sido consideradas como economicamente mais vantajosas no âmbito do «*concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para a celebração de um acordo-quadro para a execução de trabalhos de manutenção e conservação na via pública*», cujo anúncio foi publicado no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*.


2.- Os contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas a celebrar ao abrigo do acordo-quadro terão por objeto a execução de obras na via pública, mais concretamente dos tipos de trabalhos indicados no Anexo VI ao programa do concurso, nas quantidades exigidas pelas necessidades identificadas em cada momento.

Cláusula 3.ª

(Modalidade do acordo-quadro)

1.- O acordo-quadro será celebrado na modalidade prevista na alínea a), do n.º 1 do artigo 252.º do *Código dos Contratos Públicos*, na medida em que o acordo-quadro especificará todos os aspetos da execução dos contratos a celebrar ao seu abrigo.

2.- O acordo-quadro será celebrado com os três operadores económicos cujas propostas vierem a ser graduadas nas três primeiras posições na lista de ordenação das propostas, por aplicação do critério de adjudicação previsto no programa do procedimento.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

3.- Cada uma das entidades seleccionadas e cocontratantes do acordo-quadro assumirá obrigações exclusivas para com a entidade adjudicante, não respondendo de forma solidária com os demais cocontratantes, salvo se verificado conluio ou práticas restritivas da concorrência.

Cláusula 4.ª

(Valor do acordo quadro)

1.- Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 17.º do *Código dos Contratos Públicos*, fixa-se o valor do acordo-quadro no montante de € 17.115.415,00 (dezassete milhões, cento e quinze mil e quatrocentos e quinze euros).

2.- O valor indicado no número anterior correspondendo ao valor máximo acumulado de todos os contratos previstos como possíveis a serem celebrados em concretização do acordo-quadro, fixando-se também nesse montante o preço base do procedimento, interpretando-se esta referência como o montante máximo da despesa que a entidade adjudicante admite realizar ao abrigo do acordo-quadro, por consideração do somatório do preço contratual dos diferentes contratos que antecipa celebrar.


Cláusula 5.ª

(Gratuidade)

Com a celebração do acordo-quadro, cada um dos cocontratantes, na condição de entidade seleccionada, atribui ao contraente público o direito previsto na cláusula seguinte a título gratuito, razão pela qual o acordo-quadro, por si só, não gera para a entidade adjudicante a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem o reconhecimento de qualquer benefício económico, direto ou indireto, seja a que título for.

Cláusula 6.ª

(Direito de opção)

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

1.- Com a celebração do acordo-quadro, que assume a natureza de contrato de opção, as entidades selecionadas obrigam-se, nos termos constantes das respetivas propostas, a celebrar com a entidade adjudicante contratos optativos para a execução de trabalhos compreendidos na tipologia prevista no Anexo VI ao programa do procedimento.

2.- Ficarà na exclusiva disponibilidade da entidade adjudicante exercer o direito de opção a que alude o número anterior e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos.

3.- O exercício pela entidade adjudicante do direito de opção, nos termos previstos neste caderno de encargos, determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada.

4.- A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo-quadro constitui opção unilateral da entidade adjudicante, não ficando, por isso, esta obrigada à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*.

5.- Em concretização do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá livremente proceder à aquisição de bens, serviços ou obras ao abrigo de qualquer outro instrumento contratual, designadamente sempre que a execução do acordo-quadro evidencie constrangimentos recorrentes dos cocontratantes no cumprimento dos termos e condições acordadas e comprometa a satisfação das necessidades da entidade adjudicante.

Cláusula 7.ª


(Contratos de empreitada de obras públicas optativos)

1.- O acordo-quadro apenas vincula os cocontratantes relativamente a contratos de empreitada que tenham por objeto a execução, no todo ou em parte, dos trabalhos identificados no Anexo VI ao programa do concurso, também denominados de *contratos optativos*.

2.- O exercício do direito de opção que determinará a conclusão do contrato proceder-se-á por intermédio de procedimento simplificado, nos termos do n.º 2 do artigo 258.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 8.ª

(Outorgantes do acordo-quadro)

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

1.- O acordo-quadro terá como cocontratantes da entidade adjudicante os concorrentes que tenham apresentado as propostas graduadas nas três primeiras posições na lista de ordenação de propostas, determinada por aplicação do critério de adjudicação.

2.- O acordo-quadro integrará um mapa compreendendo, para cada tipo de trabalho indicado no Anexo VI ao programa do procedimento:

- a) O descritivo do tipo de trabalho, ao qual estará associado uma única unidade de medida do trabalho;
- b) A identificação do preço unitário oferecido para a execução de cada unidade de cada tipo de trabalho pelos cocontratantes do acordo-quadro, assim se determinando e especificando o preço unitário por tipo de trabalho a que se vincula cada uma das entidades selecionadas.

Cláusula 9.ª

(Vigência do acordo quadro)

1.- O acordo-quadro será celebrado pelo prazo de 4 (quatro) anos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2.- O acordo-quadro caducará imediatamente após a celebração do contrato optativo de empreitada de obras públicas cujo preço contratual, cumulado com o preço dos contratos já celebrados, atinja o valor fixado na cláusula 3.ª do presente caderno de encargos.


3.- O cálculo indicado no número anterior considerará o somatório dos preços contratuais, nos termos previstos no artigo 97.º do *Código dos Contratos Públicos*, independentemente do cocontratante.

4.- A entidade adjudicante poderá denunciar o acordo-quadro decorridos 6 (seis) meses de vigência, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique.

5.- A entidade adjudicante poderá exercer o direito previsto na cláusula 4.ª até ao último dia daquele prazo fixado no número anterior.

Cláusula 10.ª

(Forma e documentos contratuais)

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

1.- O acordo-quadro será celebrado por escrito, num único título, nos termos definidos no programa do procedimento.

2.- Consideram-se integrados no acordo-quadro, fazendo dele parte integrante para todos os efeitos, os seguintes documentos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) As propostas apresentadas pelas entidades seleccionadas;
- e) Os esclarecimentos que tenham sido prestados sobre as propostas;
- f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

3.- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.


4.- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do acordo-quadro e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos* e aceites pelas entidades seleccionadas nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5.- O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetadas em fase pré-contratual, consideram-se não escritos e de nenhum efeito.

6.- As normas e prescrições a considerar na execução dos trabalhos que não sejam taxativamente indicadas no contrato ou neste caderno de encargos, nem constem de disposições legais ou regulamentares em vigor, deverão ser as que melhor se coadunam com as regras da arte.

Cláusula 11.ª

(Cessão da posição contratual)

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

1.- A cessão da posição contratual por parte de algum dos cocontratantes depende de autorização prévia, por escrito, por parte da entidade adjudicante e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- A apresentação, por parte de algum dos cocontratantes, do pedido de autorização de cessão da posição contratual não suspende a normal execução do acordo-quadro, permanecendo o requerente integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.

3.- A entidade adjudicante autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.

Cláusula 12.ª


(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

1.- Cada uma das entidades selecionadas e cada adjudicatário obriga-se, durante a vigência do acordo-quadro e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do acordo-quadro ou por causa dele.

2.- Os dados pessoais a que a entidade selecionada tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do acordo-quadro, serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.

3.- A entidade selecionada compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do acordo-quadro, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.


4.- No caso em que a entidade selecionada seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, a mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

5.- A entidade selecionada obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na *Lei da Proteção de Dados Pessoais* (Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e na demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a entidade selecionada celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6.- A entidade selecionada obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente acordo-quadro;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do acordo-quadro e manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no acordo-quadro.

7.- A entidade selecionada será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no acordo-quadro.

8.- Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à entidade selecionada, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a entidade selecionada e o referido colaborador.


9.- A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula aplica-se aos contratos optativos que venham a ser celebrados ao abrigo do acordo-quadro e mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente acordo quadro, ou dos respetivos contratos optativos, independentemente do motivo por que ocorra.

Cláusula 13.^a

(Obrigações gerais dos cocontratantes)

Constituem obrigações dos cocontratantes do acordo-quadro:

- Executar os contratos de empreitada que lhe forem adjudicados ao abrigo do acordo-quadro;
- Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no caderno de encargos;

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

- d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de execução das empreitadas, bem como fornecer todos os esclarecimentos que se justifiquem de acordo com as circunstâncias;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do acordo-quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação social, representantes legais, situação jurídica ou comercial;
- f) Executar as empreitadas que lhe forem adjudicadas com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- g) Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresse consentimento da entidade adjudicante qualquer informação recebida desta, bem como elementos, estudos ou resultados relacionados com o objeto do acordo-quadro;
- h) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante ou dos seus representantes;
- i) Prestar todos os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela entidade adjudicante.

Cláusula 14.^a

(Suspensão de vigência do acordo quadro)

1.- A entidade adjudicante pode, em qualquer momento, por comprovados motivos de interesse público, suspender total ou parcialmente a vigência do acordo-quadro.


2.- Os cocontratantes não poderão exigir qualquer indemnização à entidade adjudicante com fundamento na suspensão total ou parcial do acordo-quadro.

Capítulo II – Natureza e celebração de contratos optativos

Cláusula 15.^a

(Composição de cada empreitada)

1.- Os contratos a celebrar ao abrigo do acordo-quadro assumirão o tipo de contratos de empreitada de obras públicas, nos termos do artigo 16.º, n.º 2, a) do *Código dos Contratos Públicos*.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

2.- Cada empreitada poderá compreender a execução de apenas uma quantidade do tipo de trabalhos constante do mapa que integra o Anexo VI ao programa do procedimento ou uma multiplicidade deles num mesmo local ou em locais distintos.

Cláusula 16.ª

(Preço contratual de cada contrato optativo)


1.- Os preços unitários de referência indicados no mapa de trabalhos que integram o Anexos VI ao programa do procedimento representam, todos eles, parâmetros base para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- O preço contratual de cada contrato de empreitada será apurado, de forma prévia, direta e autónoma pela entidade adjudicante, através da metodologia seguinte:

- a) Seleção do(s) tipo(s) de trabalho(s) necessários à execução da obra pretendida, com recurso exclusivo ao elenco de tipos de trabalho constante do mapa que integra o Anexo IV ao programa do procedimento;
- b) Associação aos tipos de trabalho selecionadas, nos termos da alínea a), das quantidades necessárias à execução dos trabalhos, respeitando as unidades de medida definidas para cada tipo de trabalho selecionado;
- c) Imputação, para o mapa de trabalhos e quantidades apurado nas alíneas anteriores, dos preços unitários constantes das propostas dos cocontratantes do acordo-quadro;
- d) Determinação do preço total mais baixo, a partir da imputação prevista na alínea anterior, e, consequentemente do empreiteiro adjudicatário do contrato a celebrar, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do presente artigo.

3.- Entendendo que a dispersão geográfica e volume/tipo e volume de meios envolvidos poderá comprometer a eficácia na execução de simultânea de novas intervenções, o dono de obra, na determinação do adjudicatário do contrato a celebrar, nos termos previstos na alínea d) do n.º 2 do presente artigo, suspenderá transitoriamente do processo de seleção do acordo-quadro sempre que qualquer uma das entidades selecionadas, no momento se encontre a executar e/ou emitida notificação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do presente clausulado, em simultâneo:

- a) Três empreitadas de obras públicas adjudicadas ao abrigo do presente acordo-quadro; ou

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

- b) Somatório acumulado dos preços contratuais das distintas empreitadas de montante igual ou superior a € 800.000 (oitocentos mil Euros);

4.- O custo associado à execução de empreitadas ao abrigo do acordo-quadro em período noturno, não poderá, em qualquer circunstância, representar um custo global acrescido para processo superior ao valor base do procedimento;

5.- O dono da obra poderá igualmente suspender transitoriamente do processo de seleção do acordo-quadro qualquer uma das entidades selecionadas que se encontre em situação de incumprimento prevista na Clausula 23.^a.


6.- Nos casos previstos no número anterior, as entidades selecionadas serão informadas dos motivos da suspensão transitória, à luz da disciplina ali prevista, independentemente da parte que a promova.

Cláusula 17.^a

(Procedimento de adjudicação)


1.- Identificada uma necessidade de intervenção, a entidade adjudicante:

- a) Elaborará o mapa de trabalhos e quantidades da obra a executar, em conformidade com o disposto nas alíneas a) e b) e do n.º 2 da cláusula anterior;
- b) Apurará o preço total de cada cocontratante para a execução da obra em causa, através da operação determinada na alínea c) do n.º 2 da cláusula anterior;
- c) Comunicará a todos os cocontratantes as operações efetuadas e, simultaneamente, notificará à entidade selecionada com o mais baixo preço total da adjudicação do contrato optativo em causa, especificando:
 - i. A indicação do ato de adjudicação e da aprovação da respetiva notificação que, para todos os efeitos, consubstanciará o título contratual;

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

- ii. A descrição do objeto do contrato, com indicação do mapa de trabalhos e quantidades e de todos os elementos necessário à solução de obra;
- iii. O preço contratual, resultante da aplicação dos preços unitários constantes do acordo-quadro ao tipo de trabalhos a executar no âmbito da empreitada adjudicada, traduzida na lista de preços unitários;
- iv. O prazo de execução da obra;
- v. A caução a ser prestada pelo adjudicatário para a execução da obra, por aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do *Código dos Contratos Públicos*, se for o caso;
- vi. A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição da despesa;
- vii. A referência aos documentos de habilitação que devem ser apresentados pelo empreiteiro adjudicatário no prazo máximo de 2 (dois) dias;
- viii. A minuta do contrato sobre a qual deve o empreiteiro pronunciar-se;
- ix. A identificação do gestor do contrato;
- x. A data da consignação da obra;
- xi. Os elementos técnicos, peças escritas e desenhadas de definição da obra, salvo se houver lugar à aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*;

2.- A notificação a que alude o número anterior corresponderá ao exercício do direito de opção previsto na cláusula 4.ª das cláusulas gerais do presente caderno de encargos e, portanto, à conclusão do contrato de empreitada.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

3.- As notificações referidas no n.º 1 consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição, cabendo ao empreiteiro adjudicatário assegurar a operacionalidade e capacidade do seu sistema de comunicações, de molde a assegurar as comunicações eletrónicas previstas.

Cláusula 18.ª

(Celebração de cada contrato de empreitada)

1.- Até à data da consignação da empreitada, a definir nos termos previstos no n.º 1 da cláusula anterior, o empreiteiro adjudicatário, designado nos termos da cláusula anterior, depositará na sede da entidade adjudicante, para além dos demais elementos indispensáveis à execução dos trabalhos:

- a) O plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos, bem como o plano de pagamentos ajustados à obra;
- b) O plano de segurança e saúde em fase de obra ou fichas de procedimento de segurança, caso a natureza da mesma o justifique nos termos da legislação aplicável, nomeadamente Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro;
- c) Plano/projeto de condicionamento de trânsito;
- d) Requerimento para emissão de licença especial de ruído, quando aplicável.

Cláusula 19.ª


(Natureza dos contratos de empreitada)

Os contratos de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo-quadro assumem a natureza de intervenções de manutenção em vias de comunicação, de manifesta simplicidade, nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 2 do *Código dos Contratos Públicos*, a serem executadas com carácter urgente, atento o prejuízo que a persistência do mesmo provoca ao respetivo património público ou para a sua utilização.

Cláusula 20.ª

(Execução dos trabalhos de empreitada)

1.- Os trabalhos a executar no âmbito dos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas celebrados ao abrigo do acordo-quadro podem executados em período noturno,

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

2.- A execução em período noturno dos trabalhos adjudicados importará o pagamento de acréscido ao empreiteiro de 4% do valor total do(s) contrato(s) em causa;

3 – Na eventualidade de se determinar que apenas parte dos trabalhos contratuais serão executados em período noturno., o acréscimo percentual de custo previsto no ponto anterior será determinado com base no valor total dos correspondentes trabalhos executados nesse período;

4.- A execução em período noturno dos trabalhos adjudicados não importará, a qualquer título ou espécie, o pagamento de qualquer importância acrescida a título indemnizatório ao empreiteiro para além da enunciada no ponto 2 da presente cláusula;

5.- A entidade adjudicante reserva-se o direito de executar ela próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os de alguma empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos nos contratos (optativos), ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

6.- Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o empreiteiro de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.

Cláusula 21.^a

(Fiscalização)

A entidade adjudicante procederá à fiscalização dos contratos de empreitadas, reservando-se os poderes que estão confiados ao dono da obra no *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 22.^a

(Suspensão por condicionalismos inerentes à natureza da obra)

1.- Dada a específica natureza dos contratos a celebrar e a dependência da sua boa execução de condições climatéricas propícias e adequadas à sua execução, pode o dono da obra, por uma ou várias vezes ao longo do decurso do prazo de execução dos contratos, suspender a sua execução, ao abrigo do disposto no presente normativo e sempre que considere a perfeição, qualidade final ou funcionalidade pode ser afetada significativamente se, face às condições atmosféricas que se registem, permanecer a sua execução.

2.- A probabilidade relevante da necessidade de suspender a execução dos contratos por motivos associados às condições atmosféricas desfavoráveis que se venham a verificar no decurso do prazo de execução dos mesmos constitui pressuposto para a determinação do valor




DMOSM/DOM/UAC

ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA

[CLÁUSULAS GERAIS](#)

AQ.01.23.DMOSM

das prestações contratuais, razão pela qual na preparação da proposta de preço, no planeamento

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

da obra e a sua gestão diária deverá ser tomado em consideração as normais dificuldades e impedimentos decorrentes dessa circunstância.


3.- Para efeitos do disposto no n.º 1, consideram-se condições atmosféricas adversas todas aquelas que, não sendo anormais ou extraordinárias, seja para a época, seja para o local, constituam obstáculo à execução da obra com segurança e qualidade ou possam colocar em causa a sua perfeição ou adequada funcionalidade.

4.- Sempre que se verifique o impedimento previsto no presente artigo, o dono da obra poderá determinar a imediata suspensão dos trabalhos, devendo o empreiteiro adotar as medidas de segurança indispensáveis, por prazo estimado a indicar em auto de suspensão, sem prejuízo de tal prazo poder ser renovado, caso no seu termo se verifique a manutenção das condições adversas para a execução.

5.- Verificando-se o disposto no número anterior, o dono da obra indemnizará o empreiteiro nos termos seguintes:

- a) Para suspensão superior a 15 dias e inferior a 30 dias o valor mensal a suportar será de 4.000€/mês acrescido de um valor diário de 60€/dia de suspensão;
- b) Para suspensão superior a 30 dias e inferior a 60 dias o valor mensal a suportar será de 2.500€ acrescido do valor diário de 50€/dia de suspensão durante o primeiro mês, e 1.700€ acrescido do valor 50€/dia para o segundo mês de suspensão;
- c) Para suspensão superior a 60 dias o valor mensal a suportar será de 2.500€ acrescido do valor diário de 60€/dia durante o primeiro mês de suspensão, e 2.000€ acrescido do valor diário de 60€/dia para o último mês de suspensão. Quanto ao mês/meses intermédios apenas haverá lugar ao pagamento do custo diário de 60€/dia de suspensão;
- d) Para suspensão inferior a 15 dias de calendário, a eventual indemnização que vier a ser requerida será apurada na proporção diária do valor previsto no artigo 1.1.2 da proposta (manutenção de estaleiro).

6.- Os valores previstos no número anterior constituem a compensação financeira suficiente, adequada e proporcional a todos os encargos suportados pelo empreiteiro na decorrência da suspensão determinada, não sendo devida qualquer outro tipo de compensação financeira ou de reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tal como prorrogação do prazo de execução das prestações ou de vigência do contrato, revisão de preços ou da assunção, por

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

parte do dono da obra, do dever de prestar qualquer valor correspondente ao decréscimo das receitas esperadas ou ao agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato.

7.- A compensação financeira efetuada nos termos do n.º 5 do presente artigo é, relativamente a cada decisão de suspensão, única, completa e final para todo o período do contrato.

8.- A compensação financeira prevista no n.º 5, se devida, será objeto de auto de medição e paga no prazo de pagamento prevista neste caderno de encargos.

Capítulo III – Disposições Finais

Cláusula 22.ª

(Deveres de informação)

1.- Cada uma das partes outorgantes do acordo-quadro deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução dos contratos celebrados ou a celebrar, de acordo com as regras gerais da boa-fé.


2.- Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 23.ª

(Incumprimento do acordo-quadro)

1.- O incumprimento pelo cocontratante das obrigações que lhe estão fixadas no acordo-quadro ou nos contratos celebrados ao seu abrigo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do acordo-quadro.

2.- Considera-se existir incumprimento definitivo quando designadamente se verifique uma das seguintes situações:


 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

- a) A recusa, expressa ou tácita, de outorga de qualquer contrato de empreitada adjudicada ao abrigo do acordo-quadro;
- b) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada (optativo), sem qualquer justificação aceite pela entidade adjudicante;
- c) A mora no cumprimento do prazo de execução de uma qualquer empreitada em medida igual a 1/3 do prazo contratual;
- d) O incumprimento definitivo pelo empreiteiro adjudicatário, por qualquer outra causa, de qualquer empreitada adjudicada ao abrigo do acordo-quadro;
- e) O incumprimento, por parte do empreiteiro adjudicatário, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- f) Oposição reiterada do empreiteiro adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
- g) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas à entidade adjudicante;
- h) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.

3.- O exercício do direito de resolução previsto no n.º 1 da presente cláusula terá lugar mediante notificação a dirigir ao cocontratante, da qual constarão os motivos que fundamentam o incumprimento.

4.- Em caso de resolução com fundamento em incumprimento culposos do cocontratante constituir-se-á este na obrigação de indemnizar a entidade adjudicante pelos prejuízos sofridos, em montante que se pré-líquida em € 10.000,00 (dez mil euros).

5.- Havendo lugar à responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas ao abrigo de qualquer contrato celebrado ao abrigo do acordo-quadro, sem prejuízo do direito da entidade adjudicante executar a caução prestada a seu favor.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

6.- Caso a caução prestada pelo cocontratante não assegure o ressarcimento da entidade adjudicante, ditado pela aplicação do n.º 4 do presente normativo, poderá este proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do Código Civil.

7.- A indemnização prevista no n.º 4 será cumulada com a(s) que terá(ão) eventualmente lugar e decorrente(s) do incumprimento do(s) contrato(s) optativo(s) de empreitada(s) de obras públicas.

8.- O disposto nos números precedentes não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

Cláusula 24.ª


(Caução)

1.- Cada uma das entidades selecionadas garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*, em valor correspondente a € 10.000€ (dez mil euros), o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do acordo-quadro.

2.- A caução referida no número anterior garantirá, igualmente, as obrigações emergentes de cada um dos contratos optativos sempre que aquelas que, para aquele específico efeito, tiverem sido prestadas não se mostrem suficientes para satisfazer o eventual crédito da entidade adjudicante.

3.- Para efeitos de garantia do cumprimento das obrigações emergentes de cada um dos contratos (optativos) de empreitada a ser celebrado ao abrigo do acordo quadro, o empreiteiro adjudicatária prestará garantia autónoma, nos termos e condições previstas no n.º 4, de montante equivalente a 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 88.º do *Código dos Contratos Públicos*, decisão que fica na disponibilidade da entidade adjudicante.

4.- A caução prestada manter-se-á válida até ao termo do prazo de vigência do acordo-quadro.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

5.- A entidade adjudicante pode considerar integralmente perdida a seu favor a caução prestada pela entidade selecionada em caso de rescisão do acordo-quadro nos termos previstos na cláusula 23.^a.

6.- A entidade garante obrigar-se-á a entregar imediatamente, à primeira solicitação, à entidade adjudicante, as importâncias que esta solicite, por escrito, até ao valor da caução, não podendo escusar-se a fazê-lo sob qualquer pretexto ou fundamento.

7.- A garantia manter-se-á válida até que a entidade adjudicante declare por escrito a cessação de todas as obrigações assumidas pela entidade selecionada.

Cláusula 25.^a

(Libertação da caução)

1.- No prazo de 30 dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais impostas pelo acordo-quadro e pelos contratos celebrados ao seu abrigo por parte do empreiteiro, a entidade adjudicante promoverá a libertação das cauções a que se refere o artigo anterior.

2.- A libertação das cauções, pela entidade adjudicante será precedida de uma notificação às entidades selecionadas declarando estarem cumpridas todas as respetivas obrigações contratuais.

Cláusula 26.^a


(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do acordo quadro fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 27.^a

(Comunicações e notificações)

1.- As comunicações e notificações feitas durante a execução do acordo-quadro, entre a entidade adjudicante e os cocontratantes devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA VIA PÚBLICA
	CLÁUSULAS GERAIS AQ.01.23.DMOSM

2.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

3.- Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.

4.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a entidade adjudicante, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

5.- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas podem ser dirigidos, nos termos do *Código dos Contratos Públicos*, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

6.- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.^a

(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no acordo quadro são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.